

# ACTA DA COMISSÃO PERMANENTE, SAÚDE, HABITAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

## 5º COMISSÃO

Aos nove dias do mês de Agosto de dois mil e vinte e três pelas 17 horas nas instalações da Assembleia Municipal de Almada, sita no chalet Ribeiro Telles, no largo 5 de Outubro nº 34 realizou-se a vigésima quarta reunião da comissão especializada permanente de saúde, habitação e ação social.

Estiveram presentes os seguintes deputados municipais: Ana Luisa Rodrigues, José António Rocha, António Salgueiro, João Gerales, Margarida Lourenço, Vasco Gonçalves, e Maria de Assis

A reunião foi realizada com o Centro Paroquial de Cacilhas, que se fez representar pelo Padre Quintino. sendo o ponto da ordem de trabalhos “ Ponto da situação sobre o encerramento do CSP de Cacilhas”

- Inicia a reunião a presidente da comissão Luisa Rodrigues agradecendo a presença do representante do centro paroquial de Cacilhas, o Sr. Padre Quintino, que começou com um breve introito para dar conta dos acontecimentos que antecederam a decisão por parte da autarquia de não prolongar o contrato de comodato, que segundo o acordo estabelecido seria renovado anualmente.

Diz que o relatório da segurança social, que considera que o espaço na Escola Conde de Ferreira não reúne as condições básicas necessárias para o funcionamento da creche, impossibilita por completo a renovação como consta no acordo.

A procura em conjunto com a CMA de um novo espaço tem sido constante, mas tem sido muito difícil encontrar alternativas.

Considera que o relatório foi mal feito, que não foram feitas obras para as necessárias melhorias do referido espaço.

A solução pensada inicialmente seria nos terrenos do Seminário, mas as obras que cumprissem os requisitos necessários para o funcionamento da creche e centro de dia para idosos, excedia em muito a capacidade financeira do centro paroquial.

Estava inicialmente previsto que o responsável pelo financiamento para a construção de raiz das novas instalações seria o PARES, mas alega que a construção não seria totalmente financiada por esta entidade, e que o encargo financeiro seria incomportável para o centro paroquial, o que justifica a desistência do acordo com o PARES.

Acusa a Câmara Municipal de Almada de ter despoletado esta situação de ruptura do acordo de cedência das instalações na escola Conde de Ferreira, como consequência da alegada desistência do acordo com o PARES, diz que a aprovação da câmara está condicionada pelo relatório elaborado pela segurança social e que a tomada de posição da autarquia foi por sua própria iniciativa.

Acusa ainda a câmara de nunca ter feito melhorias na Conde de Ferreira.

Maria de Assis começa por dizer que se tivessem sido feitas as obras de manutenção a continuidade de utilização do espaço seria viável, e que as mesmas são da inteira responsabilidade do de quem dele beneficia, neste caso o centro paroquial de Cacilhas, acrescenta que neste momento são apenas três as crianças sem alternativa de colocação. Refere que uma outra alternativa de financiamento seria a APA, que tem dotação financeira para avançar, mas não o fará sem contrato assinado.

José Rocha diz que esteve reunido com os pais e falou com alguns dos funcionários que acusam a câmara de falta de vontade para resolver o problema que acarreta consequências desastrosas para os pais, para as crianças e coloca os quase 30 funcionários no desemprego.

João Gerales começa a sua intervenção dizendo que o problema não se resume à situação das crianças, mas também aos idosos e funcionários, é preciso salvaguardar a resposta social, referindo também as queixas do pais e dos funcionários.

**O padre Quintino diz que não é normal a elaboração de relatório pela segurança social com visitas de arquitetos, a Câmara acabou com o contrato, tudo foi despoletado em Fevereiro deste ano (2022) em pleno funcionamento no espaço, o centro pediu à CMA que o contrato fosse prolongado por cinco anos para reunir condições de financiamento para a construção de uma nova estrutura, tendo em conta que a cedência por mais um ano não justificava o gasto com as obras, seriam necessários pelo menos dois meses para fazer as obras que preenchessem os requisitos exigidos pela segurança social. Teria que existir um acordo prévio sobre com responsabilidades repartidas entre o Centro e a CMA para que as mesmas se realizassem.**

**A câmara nunca falou sobre os idosos, colocou sempre o foco nas crianças, termina dizendo que se falava no encerramento do centro há cerca de um ano.**